

# *A ação do Estado e a agricultura do Nordeste*

*Lelio Rodrigues*<sup>2</sup>

RESUMO - O artigo esboça um método de abordagem do tema que se beneficia com a maior globalização de setores e agentes, mas exige a redução do espaço. As disparidades econômicas inter-regionais persistem, rebatem intra-regionalmente e responsabilizam, por sua vez, tanto a União como os estados. Setorialmente, a globalização busca enfocar o setor público por inteiro perante os três momentos da oferta, dos fluxos e da demanda, no confronto entre Nordeste e Brasil. Na oferta, o artigo analisa a evolução quinquenal do produto e dos investimentos no período de 1965/84, o desequilíbrio comparado da dotação, do esgotamento e das produtividades dos fatores terra, trabalho e capital, e a baixa prioridade alocativa conferida ao setor e à região. Nos fluxos inter-regionais já se destaca uma transferência financeira de magnitude controversa, como contrapartida nominal ao déficit do intercâmbio do Nordeste, onde o setor agrícola pode ser uma exceção, assim como os fluxos intra-regionais devem ser espoliativos. Os subsídios à demanda certamente preponderam a favor dos segmentos heterótrofos, das hierarquias urbanas e do desperdício energético e alimentar. O artigo ressalva as deficiências estatísticas, mesmo as macrorregionais, para um propósito que exigiria um detalhamento microrregional. Em diversos momentos destaca a importância das estratégias de denominador inter e intra-regionais, aplicáveis à sugestão conclusiva da delimitação de sistemas sociais.

Termos para indexação: desenvolvimento regional.

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no XXVI Congresso da SOBER, Fortaleza, em 03.08.1988 e solicitado ao autor pelos editores da RER.

<sup>2</sup> Eng. - Agr., Técnico da Coordenadoria de Desenvolvimento Regional do IPEA/IPLAN, Ed. BNDES, Setor Bancário Sul, CEP 70076 Brasília, DF.

**ABSTRACT** - The article presents a method that benefits from greater integration between various sectors and agents and factors limiting the scope of action. Regional disparities continue to persist but are made to reflect clearly the responsibilities of Federal and State authorities. On the sectoral level, the approach developed in this study brings to light the supply, exchange and demand factors as they interact between the Northeast and the rest of Brazil. In the case of supply the study analyses the evolution of production and investment for the 65/84 period in a five-year interval. This highlights the comparative condition of desequilibrium in terms of allocation flux and productivity of land, labor and capital factors. It also shows the low priority allocated to both agriculture as a sector and the Northeast as a region. In terms of inter-regional exchange, there is already some financial transfer of a controversial nature as a counterpart to the overall deficit, even though agriculture, in this case, may be an exception. The demand subsidies favor a heterotrophic hierarchy in terms of urban areas and resulting waste in terms of energy and foodstuffs. The study demonstrates the deficiencies in terms of statistical data including at the macro-regional level, even in cases where micro-regional information is needed. The study shows the "inter" and "intra" regional domination strategies that apply in terms of formulating conclusions as related to social systems.

Index terms: State, agriculture, northeast, regional development.

## **I – OBSERVAÇÕES PRELIMINARES: Recalibrando Setores, Espaços e Agentes**

Da árvore à floresta, a nossa capacidade de entendimento se racionaliza, mas há um limite para a apreensão satisfatória da realidade e sobretudo para transformá-la. Qualquer tema comporta um tríplice enquadramento, onde, para ascender ao holismo (na dimensão setorial) e maximizar a alavancagem (na dimensão institucional), freqüentemente será necessário reduzir a dimensão territorial. Esse posicionamento encontra respaldo na Lógica, na Ética e na Estética (Fig. 1):

- o todo está hierarquicamente situado acima das partes e sinergicamente valorado além da soma dessas partes;
- os meios devem se ajustar qualitativamente aos fins, por sua vez limitados quantitativamente aos meios disponíveis;
- não basta admitir que tudo que é pequeno é bonito, cumpre também reconhecer que "tudo que é grande é ruim, louco".

Na titulação adotada, o setor é a agricultura, mas pode facilmente abarcar o rural e objetivar a globalidade; o agente é o Estado, redutível a governo Federal ou expansível à integração do setor público e à totalidade dos sistemas sociais, o político, o econômico, a sociedade civil; o espaço é



- 53,4% pelo numerador econômico, um efeito positivo de incremento do produto, uma ação de desenvolvimento;
- 46,6% pelo denominador demográfico, um efeito negativo de evasão migratória, uma reação ao subdesenvolvimento.

Busque-se uma outra área de confronto e facilmente o segundo componente se tornará majoritário na redução das disparidades inter-regionais do PIB/hab. Trata-se de um fenômeno espontâneo, não se podendo atribuir a qualquer agente algum crédito de intencionalidade. Durante toda a década em exame, assim como anterior e presentemente, toda a ação (ou intenção) de governo esteve concentrada em estratégias de numerador.

A apuração das responsabilidades fatoriais no Anexo 1, sugere maiores atenções para com as estratégias de denominador - políticas demográficas, colonização dirigida, migrações orientadas. Elas já acrescentariam gastos públicos ao modelo espontâneo, mas adicionando também o desenvolvimento de novas áreas, numa instância inter-regional. É quase certo que estratégias de denominador sejam igualmente aplicáveis no âmbito intra-regional, para o reequilíbrio urbano-rural, capital-interior, litoral-sertão.

## 2 – A CONFORMAÇÃO DO ESPAÇO

Uma regionalização sugestiva para o Nordeste (Brasil. SUDENE 1988) adota três subespaços: uma faixa litorânea adensada, o interior homogeneizado pela seca e unificado pelo São Francisco e a faixa ocidental dos cerrados e da pré-amazônia, ainda em processo de ocupação. O esboço converge em limites e critérios com as hipóteses emergentes, no plano nacional, para a delimitação do Brasil Central (a adensar), definidor automaticamente de um Brasil Leste (a conter) e de um Brasil Oeste (a diferir). As disparidades inter-regionais, quaisquer que sejam, só se atenuarão na medida em que se tenda para uma convergência na dotação relativa dos fatores de produção, condicionada fundamentalmente a uma alocação do investimento público num espaço-tempo escalonado (fig. 2).

Mesmo que tal hipótese não se convalide no âmbito nacional, o seu rebatimento sucessivo a escalões territoriais inferiores deveria ser mais reclamado, especialmente no Nordeste, na medida (ou para que) as transferências inter-regionais de recursos se tornassem mais transparentes (ou mais volumosas).

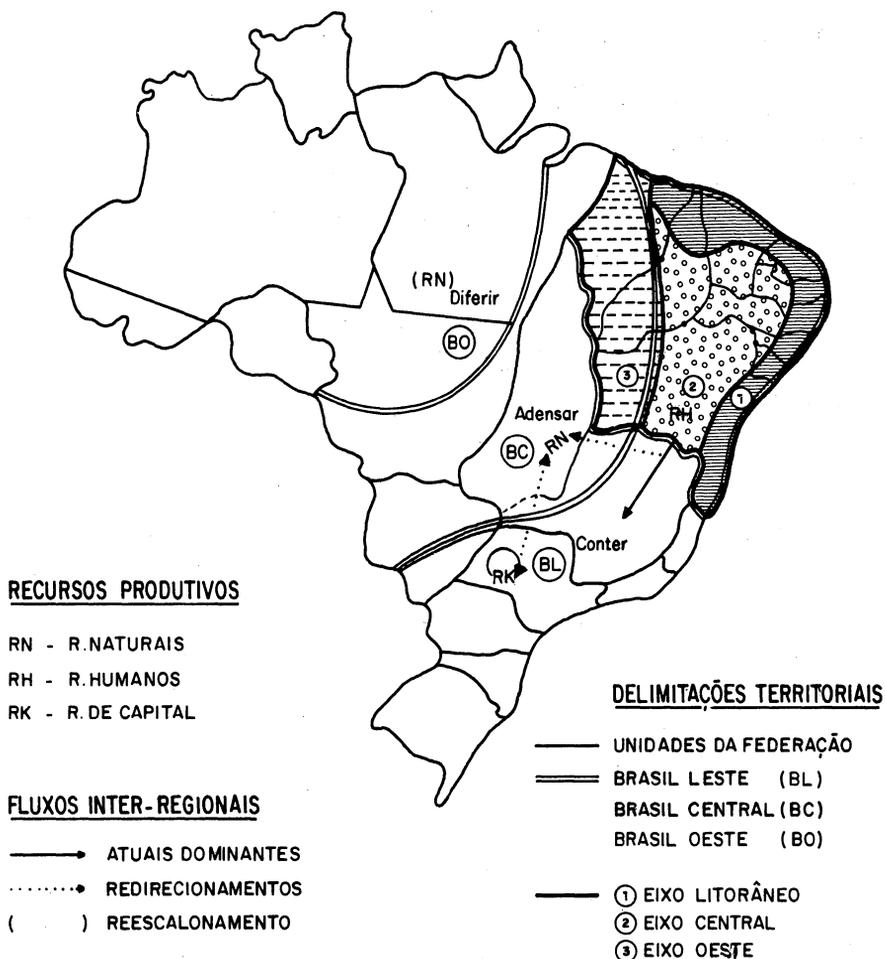


FIG. 2. Convergência da delimitação do Brasil Central com a sub-regionalização do Nordeste.

As variáveis alvo do PIB/hab tampouco satisfazem, porquanto limitadas ao confronto macrorregional ou por unidades da federação. As estatísticas mais recentes (1980) não podem ser recompostas dentro de delimitações inovadoras do espaço regional. No Anexo 2, a fonte de 1970 é a única que desce ao nível de microrregião homogênea (MRH das capitais/MRH do interior), situando o Nordeste na liderança nacional da inchação metropolitana que, por certo, também se nutre das intervenções governamentais.

### 3 – A CUMPLICIDADE ESTATAL

O Anexo 3 estabelece o confronto BR/NE/CE, ainda fragmentário, de alguns instrumentos de desenvolvimento regional explícito: incentivos, créditos e transferências. O Anexo 4 cresce em abrangência, consolidando União, estados e municípios e acrescentando as empresas estatais (na rubrica da formação bruta de capital fixo - FBCF), na busca da unicidade fiscal, mas deixa de fora os mecanismos indutores (créditos oficiais, renúncias tributárias). A tais ressalvas se devem acrescentar alguns indicadores elegíveis à categoria de padrões de julgamento, tais como, para NE/BR:

- 12% da proporção dos produtos (critério econômico), adequado apenas a um Brasil Sociedade Anônima;
- 29% da proporção das populações (critério demográfico), adequado a uma Cooperativa Brasil;
- 52% dos fundos de participação, ponderando a população pelo inverso do produto per capita (critério social).

À luz desses parâmetros, os perfis apurados nos Anexos 3 e 4 atestam uma discriminação muito mais gritante nos conjuntos agregados, às vezes, enganosamente satisfatórios numa ou noutra rubrica pontual. Em termos inter-regionais (NE/BR), o acumplicimento do Estado se revela flagrante, a despeito do discurso oficial. Seria muito importante que a mesma consolidação fosse apurada ao nível microrregional, para conferir a tese da réplica em miniatura (estados/União) e prevenir contra a hipótese de um feedback de efeitos tendencialmente regressivos.

A par de suas iniquidades regionais-espaciais, o processo alocativo se caracteriza ainda por outras deformações, históricas ou recentes. Segundo o corte institucional, prevalece o enfeudamento das verbas, dos instrumentos e das prerrogativas, perdendo-se em flexibilidade programática e em poder de alavancagem sobre as demais esferas do governo e demais agentes sociais. Segundo o corte das modalidades operacionais, nas fontes, os ingressos do crédito se exaurem na mera rolagem do serviço da dívida. Do que sobra em termos líquidos, nos usos efetivos, os investimentos produtivos definham sob a pressão por custeios e serviços, configurando, em toda a linha, um modelo de sustentação inviável, mesmo no curto prazo.

Para introduzir finalmente o corte setorial, em seqüência a essas generalidades regionalistas, nos tópicos seguintes, o setor agrícola, no espaço nordestino e sob o agente estatal, será apreciado em três momentos (Fig. 3):

- o da oferta, condicionada aos seus fatores produtivos;
- o dos fluxos de abastecimento e refluxo de recursos;
- o da demanda, subsidiada já fora do rural-agrícola.

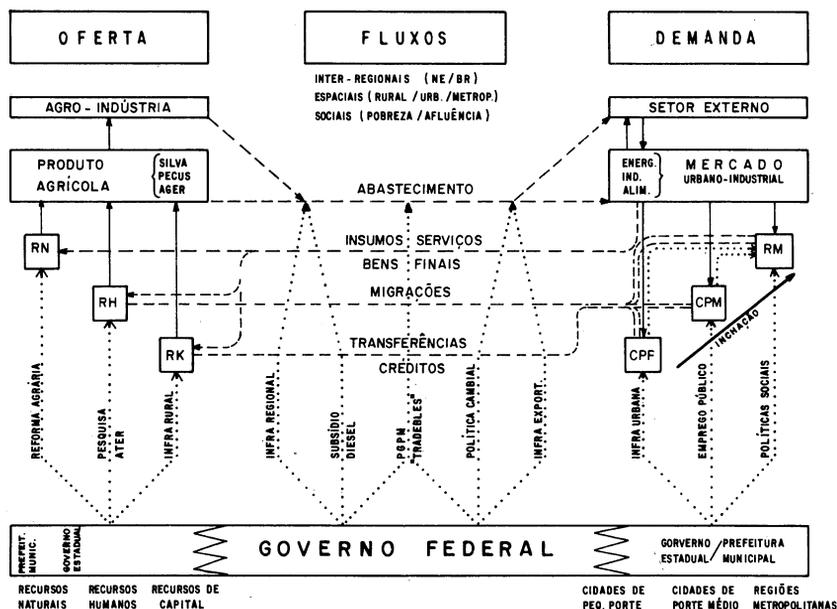


FIG. 3. Três campos da ação governamental sobre o "setor" agrícola.

## II. OFERTA: O Agricultor prossegue, o Governo persegue

### 1 - A EVOLUÇÃO DO PRODUTO

O Anexo 5 procura examinar o produto do setor agrícola (dentro do produto total), na região Nordeste (vis-à-vis o Brasil) à luz da ação do Governo (todas as esferas), até onde o permitem as deficiências de nossa contabilidade nacional. Com efeito, não se dispõe, na estatística oficial (FGV, agora IBGE), nem da setorialização do investimento total, nem da setorialização do investimento público, nem do alargamento do dispêndio público com estatais e instrumentos indicativos e tampouco de qualquer regionalização dos agregados econômicos (salvo PIB - 1970, 75 e 80, com limitações). Felizmente, a SUDENE preenche a maioria dessas lacunas na sua contabilidade regional.

Os indicadores calculados, para os quatro quinquênios e o total dos 20 anos (1965/84), foram: o crescimento do produto total (BR - 7,3% a.a., NE - 7,7% a.a.) e agrícola (BR - 4,4% a.a. e NE - 3,5% a.a.); a relação marginal capital/produto total (BR - 3,0 e NE - 3,3) e no agrícola (apenas NE com 4,8); a alavancagem do investimento público sobre o investimento total e agrícola (NE com multiplicador de 2,1, mais confiável que BR total com 6,4 e NE agrícola com 4,2).

A real influência do governo sobre o agricultor pode ser minimizada, a concluir desse indicador, que apresenta até mesmo tendências antagônicas (cresce o investimento público, declina o total), localizadas na recessão (1980/83) e na sua gestação (1975/79). Passando de NE agrícola para BR total, nos mesmos períodos, o Estado se antecipa (desde 1975/79) à retração privada (apenas 1980/84). Enquanto isso, no NE total, os investimentos prosseguem crescentes em ambos os quinquênios, mas num patamar em que o Estado responde por mais da metade da FBCF total.

A relação capital/produto ( $I/\Delta Y$ ) se apresenta crescente do NE total para o NE agrícola (onde se dispõe do recurso explicativo das secas), mas declinante do NE total para o BR total (onde deixa o regionalista à mingua de explicações). Há certamente divergências metodológicas na construção das séries NE (SUDENE) e BR (FGV) e lacunas inaceitáveis na desagregação espacial-setorial de uma variável-chave para a análise econômica. Convém apelar para outras saídas, acaso disponíveis.

## 2 – O DESEQUILÍBRIO DOS FATORES

No Anexo 6 está implícita a adoção de limites do crescimento, certamente para o fator terra (classes de uso potencial) e a mão-de-obra (base população e economicamente ativa - PEA/ha, Anexo 7, não base **“zero population growth”** - ZPG), não ainda para o capital (tema descartável do **“zero income growth”** - ZIG). Ao se apreciar a evolução intercensitária da incorporação dos recursos naturais e a sua composição subsetorial, fica evidente que uma terceira fonte pode ser acrescentada à expansão da fronteira e à elevação da produtividade para o crescimento do produto agrícola. Trata-se da adequação dos usos efetivos às classes de capacidade de uso do solo: contendo a pecuarização nacional (147% em 1985), reduzindo a ociosidade (OUTROS) no Nordeste (213%), expandindo as lavouras temporárias e permanentes nas classes apropriadas, em todos os quadrantes do país (BR - 13%, NE - 24%).

Um acautelamento se recomenda, dada a inclusão, nos OUTROS usos do solo, das terras em descanso, que constituem um imperativo do sistema de rotação primitiva, enquanto não superado por novas alternativas de manejo. No caso do Nordeste, a imprevisibilidade das chuvas (coeficientes de variação relativos às médias anuais e mensais) funciona como um fator agravante para a maior ociosidade das terras. Na fundamentação do Projeto Sertanejo (Brasil. SUDENE, 1976:25) considerou-se essa ociosidade, no semi-árido, como uma estratégia de denominador para elevar o “**coeficiente de resistência à seca**” (risco tolerável), enquanto não se tenha segurança para sustentar um numerador (produção na seca) sempre sustentado em alto nível.

Retornando ao tema da produtividade dos fatores, no último segmento do Anexo 6, os censos restabelecem que o Nordeste supera a média nacional na relação média produto/capital ( $Y/K$ ) da agricultura, exatamente como o esperado, onde escasseia, no denominador, o capital. Por analogia, a defasagem NE/BR na produtividade do trabalho (praticamente a metade) se deve à redução do emprego agrícola, no denominador, pela modernização nacional. A produtividade da terra, totalizando pastos e cultivos, não está computando o pousio e é igualmente influenciada pela redução do denominador na pequena produção, sempre concentrada nas atividades mais intensivas das lavouras.

O Anexo 7 oferece uma consolidação das relações entre uso atual - uso potencial das diversas MRHs do NE já publicadas pelo RADAM-BRASIL, exclusive o Meio Norte (Maranhão e Piauí). A folga do coeficiente de saturação (CS) de 1985 (PEA agrícola estimada/PEA potencial), para o conjunto da região (NE **stricto sensu**), de fato diz respeito apenas a Bahia e, secundariamente, a Paraíba e a Sergipe (por certo implicando grandes reconversões alocativas no uso do solo). A média encobre situações críticas, como a do Ceará e Pernambuco (maior excedente estrutural de mão-de-obra, embora com folga na apropriação da terra) e a do Rio Grande do Norte, certamente a pior.

Preferindo a frequência modal, às médias das 92 MRH levantadas integralmente pelo RADAM (15 apresentadas parcialmente em volumes distintos), nada menos de 53 apresentaram  $CS \geq 1,00$ , das quais 45 já se encontravam nessa categoria desde 1970. Chegada a essa situação, não resta à MRH outra saída senão a acomodação no subemprego, a ruptura migratória ou uma profunda e improvável reversão de tecnologias agrícolas. Onde o CS for baixo e conjugado a baixo coeficiente de uso (requerimento atual/re-

querimento potencial), podem-se promover incrementos de produtividade do trabalho sem desemprego, reduzindo-se a relação homem/terra, por outra expansão de denominador (Strauss 1972:11).

### 3 – A RESPONSABILIDADE ESTATAL

O Anexo 8 pode ser remoto (1970, 75 e 80) e parcial (omite o crédito), mas tem o mérito de consolidar todas as esferas do Governo, inclusive estatais (segmento E, relativo à FBCF) e de ser mais confiável (regionalização FGV dos dispêndios da União). Essa confiabilidade se estende ainda à própria aderência da versão do fato, que não é encontrada nem nas operações de crédito (desvios para outras aplicações) nem nas transferências intergovernamentais tomadas isoladamente (hipótese do mero deslocamento dos recursos próprios para outras aplicações).

A constatação imediata é a do descenso do gasto público, relacionado ao PIB, quando se passa do nacional ao regional, do global ao setorial e a ambos (NE agrícola). Trata-se evidentemente de um setor de baixa prioridade alocativa, a concluir pelas proporções calculadas (Anexo 8 - B.3, C.3, E.3) e de acentuada dependência aos provimentos da União (Anexo 8 D.2). A justaposição dessas duas inferências é frontalmente desabonadora do centralismo, desafiado pelas novas disposições delineadas pela Assembléia Nacional Constituinte.

Não cabe descer a programas (Pequeno Produtor, Irrigação...) senão para assinalar a estrita convergência do regional e do agrícola, e a conotação social-produtivista que os caracteriza. Valorizando esse gênero de intervenção resta esperar que vingue, em detrimento seja do social-assistenciaalista (o informal suburbano...) ou do econômico-concentrador (o oeste baiano...). Nessa região, onde o Estado uma vez mais acompanha os fatos, a ocupação também se faz concentrando e sucralizando a terra (Tabela 1).

**TABELA 1. Indicadores da apropriação de terras por declarantes domiciliados em outros estados da Federação.**

Discriminação	BR	NE	BA
Número de estabelecimentos	6,5%	1,3%	1,7%
Área total	27,5%	11,8%	17,4%
Área média (2/1)	420,4%	943,2%	1.011,3%

Fonte: Brasil 1985. Tab. 1. 35

### III. FLUXOS: Reforçando Expulsões, Polarizando Atrações

#### 1 – AS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

Quando se agregam ao orçamento fiscal os gastos do orçamento monetário, dentro da função agricultura e abastecimento, conclui-se que o montante cresce 80% e que, no conjunto, abastecimento e ordenamento econômico (trigo, cana, preços mínimos, seguro e subsídio do crédito) ultrapassam 75% (Gasques et al. 1988). Ao fluxo real do abastecimento corresponde um fluxo de financiamentos, freqüentemente envolvendo subsídios. Se o fluxo real se contabiliza entre regiões e assinala déficits, há de lhe corresponder outro fluxo de transferências financeiras.

A proporção majoritária do abastecimento nos gastos públicos com a agricultura está a indicar que o exame dos fluxos é tanto ou mais importante que o da oferta. Reservando a vertente real ao tópico seguinte, o método globalista recomenda iniciar o tema pelos fluxos financeiros, com o seu componente estatal. No corte inter-regional, ninguém terá ido mais longe, a esse respeito, do que o estudo do BNB/ETENE sistematizado no Anexo 9.

Chama logo a atenção que, para a formação do déficit em transações correntes, o déficit comercial se apresenta majoritário (os 44% complementares do déficit de serviços são de difícil estimação) e que, para a sua cobertura, se destaquem exatamente os ingressos da União (os 27% complementares são deduzidos por diferença). O Anexo 9 sumariza ainda os fluxos líquidos da União com o NE, a que o BNB/ETENE se aplica para um demonstrativo de que muito pouco ou nada se transfere efetivamente à periferia, nesse federalismo escassamente solidário. A evasão mais significativa reside no comércio triangular, que beneficia o pólo com as divisas das exportações nordestinas e condena a periferia aos padrões de qualidade-preço das importações procedentes do pólo.

De outro ponto de vista nem o diagnóstico nem o protesto podem se limitar às disparidades e acumpliciamientos inter-regionais e federais. As disparidades intermunicipais (MRH das capitais e do interior) e o acumpliciamiento estadual iriam revelar não apenas uma neutralidade duvidosa, mas uma sistemática espoliação. Infelizmente, as estatísticas microrregionalizadas não são disponíveis (somente a receita arrecadada, não a incidente – Pernambuco, Universidade Federal 1978 a) nem regionalizados os gastos estaduais, menos provável ainda para o intercâmbio comercial entre municípios ou MRH.

## 2 – O DÉFICIT DA BALANÇA COMERCIAL

As insuficiências de embasamento estatístico transparecem novamente na montagem do Anexo 10, com duas séries de fontes e dois patamares distintos para os mesmos fluxos comerciais. De permeio se introduz um arremedo de balança comercial do NE agrícola, um conceito flexível segundo grau de elaboração das matérias-primas. Os cinco indicadores calculados permitem acrescentar:

- **Abertura** (exportações X/PIB), com tendência ligeiramente ascendente, superada de longe pelo setor agrícola (X agrícola/PIB agrícola).
- **Dependência** (importações M/PIB + déficit, como “proxy” de M/consumo) bastante estável, num patamar que se poderá julgar excessivo (bem como ao anterior), considerados os problemas dos fretes (energéticos), da vulnerabilidade inter e da dinamização intra-regional.
- **Introversão** ( $X + M$  intra/ $X + M$  totais), por decorrência, com tendência levemente declinante e nível insatisfatório de integração regional.
- **Internacionalização** ( $X$  exterior/ $X$  total) oscilante no período global e posicionada em coeficiente duas vezes maior no setor agrícola.
- **Déficit** (saldo/PIB) em persistente declínio, acentuado pela recessão, enquanto o setor agrícola (1979 apenas) apresenta um superavit de 8% do produto agrícola.

Um déficit persistente na balança comercial, se não implica endividamentos e alienações patrimoniais, terá forçosamente uma contrapartida em transferências de poupança, mais públicas do que privadas. O indicador é, portanto, central no escopo deste trabalho, para o confronto do déficit das finanças públicas (receitas menos despesas) como fonte financiadora do déficit comercial (exportações menos importações). A informação disponível coincide apenas em 1975 e 80. Segundo as fontes, os saldos extra-regionais se relacionam pela metade (SUDENE-75 com 12 bilhões contra 6,0 do MF/CACEX) ou pelo dobro (SUDENE-80 com 81,6 bilhões contra 166,9 do MF/CACEX).

### 3 – O ENVOLVIMENTO ESTATAL

Mesmo assim, o consumo a maior do Nordeste estaria sendo financiado por transferências da União dentro das margens apresentadas na Tabela 2.

**TABELA 2. Proporções estimadas entre as transferências Intergovernamentais e o déficit comercial do NE.**

Exercício	Fontes	Transf. financ. (Rec. - desp./PIB)	Consumo a maior (X - M/PIB)	Margem financ. (%)
1975	Federais	-10,5	-6,1	172%
	SUDENE	-10,1	-8,7	116%
1980	Federais	-10,6	-11,5	92%
	SUDENE	-9,7	-5,1	191%

Fontes: Anexo 4 (Finanças públicas consolidadas)  
Anexo 7 (Intercâmbio comercial consolidado)

Tratando-se de relações nominais, a dedução de vazamentos e a conversão a termos reais, tal como realizado pelo BNB/ETENE (Anexo 9), irão reduzir a magnitude do primeiro fluxo e, conseqüentemente, da margem financiada. Pretendendo-se algum aprofundamento adicional, tampouco o déficit comercial seria aceito pelo que a(s) estatística(s) acusa(m), comportando as ressalvas do declínio, no tempo, das relações de intercâmbio e da troca desigual, em que se encontram embutidas grandes diferenças na taxa de salários. Antes de servir à verdade, entretanto, essas manipulações deservem à causa do regionalismo.

Melhor seria reconhecer o pouco, mas permanente e real, que se transfere, e considerar, num exercício de empatia, a atitude provável dos contribuintes/regiões onerados a maior, acaso conscientes do processo e acaso convocados para um aporte mais significativo<sup>3</sup>. As soluções de força ou as acomodações de jeito não se prestam ao trato dessa questão, seja ao vin-

<sup>3</sup> Como prévia ou "proxy", convém examinar o posicionamento dos que se isentam, por se encontrarem ao nível da renda média nacional (Brasil. SUDESUL, 1987: 11).

cular percentuais de tributos no projeto Constitucional, seja ao carregar na propostagem e no lobby junto às fontes federais. A alternativa amadurecida para a democracia só pode ser a da negociação inter-regional, onde:

- se assegure a transparência total dos fluxos de usos e fontes de fundos, do macro ao microrregionalizado;
- se escalonem os níveis e ritmos das transferências inter e intra-regionais, de modo a visualizar para esse processo uma perspectiva de terminalidade;
- sejam pactuados os compromissos mútuos de investir mais e investir melhor, para viabilizar a emancipação e substituição plurianual das áreas priorizadas.

Isso porque, nos fluxos intra-regionais (rural-metropolitano), outros déficits se conformam e outros subsídios operam (diesel, preços mínimos - PGPM...), acentuando iniquidades e migrações.

#### **IV. DEMANDA: Do Emprego Público aos Programas Sociais**

##### **1 – DOS SUBSÍDIOS AO CONSUMO**

Para quantificar o quanto se subsidia, seria necessária uma apuração específica a partir das estatísticas do gasto público, mesmo assim dificilmente representativa, a um só tempo, do subsídio ao consumo de procedência agrícola e na região Nordeste. Para quantificar o quanto se consome, a fonte a utilizar permanece ainda a do ENDEF de 1975 (Anexo 11).

Em termos de demanda alimentar não monetária, os percentuais crescem de BR para NE de 25,4% para 33,3% e, em termos de consumo subsidiado (não comprado menos autoproduzido), de 7,3% para 10,4%.

Além dos subsídios setorialmente explícitos (mas não regionalizados) ou imputáveis (merenda escolar, Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT e outros), há todo um elenco de dispêndios governamentais que rebate indiretamente no favorecimento do consumo urbano (desde o vale-transporte à própria infra-estrutura urbana), além da função pública de empregador supletivo.

A conta irá longe e alta, superando certamente, na artificialização da demanda, tudo quanto o Estado dispense nos momentos precedentes dos fluxos e da oferta. Acrescente-se a isso uma outra conta imposta pelos hábi-

tos alimentares energívoros, devidamente respaldados nas ações de governo. Trata-se do excesso evidente na ingestão de proteína animal (210% tanto no BR como no NE) e na ponderável participação de bovinos nessa dieta, com gradientes crescentes do rural ao metropolitano.

O exagero guarda perfeita correspondência com a principal distorção entre os usos do solo e as classes aptas a pastagens (Anexo 6), no processo de pecuarização nacional e nordestino. Em termos energéticos, a conversão da biomassa vegetal (autótrofos) em biomassa animal (heterótrofos) representa uma eficiência de apenas 10%, incidindo portanto um desperdício de 90%, quando se consome a proteína animal (competidora dos cereais) como sucedâneo bem mais caro para as necessidades de calorias. Por agravante, é nos excessos da afluência (gorduras animais, açúcares) que se induzem as obesidades, diabetes e doenças cardiovasculares (Tabela 3).

**TABELA 3. Composição da dieta alimentar por estratos de renda.**

Renda média (US\$/hab.)	Gorduras		Carboidratos		Proteínas	
	Animal	Vegetal	Açúcar	Amido	Animal	Vegetal
50	4%	8%	3%	74%	2%	9%
2,600	37%	2%	18%	32%	8%	3%

Fonte: Organização Mundial de Saúde 1973.

Em que pesem esses argumentos, o comportamento humano não se pauta pela racionalidade; o mercado, a publicidade e o efeito demonstração pesam exatamente na expansão do supérfluo e do nocivo. O consumo indireto de milho e soja, via proteína animal, pode representar uma demanda adicional de 17 Mtpa para o ano 2000, somente pelo reforço da graduação do consumo das classes de médio poder aquisitivo, num cenário social de distribuição de renda (Melo, 1988: 105). Por essa via, ensaia-se uma competição ao "Food", pelo "Feed" e pelo "Fuel", com efeitos sinistros sobre os pobres do mundo (Idem: 54).

Na vertente regional desses estudos de abastecimento podem ser pinçadas diversas facetas desse complexo da graduação/pecuarização com subsídios públicos (Magalhães et al., 1988: 34, 61, 68, 136, 142 e 153):

- a distribuição de leite no CE (300.000 litros/dia) cairia de 240.000 litros/dia com a retirada dos subsídios (100.000 litros/dia somente pelo Programa Nacional de Leite para Crianças Carentes);
- mesmo assim projeta-se para o ano 2000 uma demanda equivalente ao triplo do nível de 1988;
- a cobertura dos déficits alimentares de arroz, feijão e milho, para o ano 2000, exigiria o cultivo adicional de 4,2 milhões de ha (61% da área de 1985). À falta de fronteira agrícola, a alternativa seria reduzir a área de outras culturas industriais e de exportação ou as pastagens, ambas improváveis, por serem atividades tipicamente capitalistas.

Aparentemente a redução da pobreza e a ascensão à afluência não estão sendo diferenciadas.

## 2 – A ESTRATIFICAÇÃO HETERÓTROFA

Em ecologia, a pirâmide dos níveis tróficos superpõe as camadas dos vegetais, herbívoros e carnívoros, nessa ordem, e sempre entre espécies distintas. Uma analogia aplicada internamente à espécie humana (a única que comporta esse canibalismo indireto) colocará na base as camadas dos produtores reais (agricultura/serviços/indústria) superpostas pelas camadas dos intermediários, do governo e das finanças. O Anexo 12 tenta esse ordenamento a partir da setorialização da PEA, do PIB e do produto médio (PIB/PEA), evidenciando notável regularidade:

- os percentuais da PEA vão se afinando, da base ao topo (salvo BR 80, numa pequena inversão indústria-serviços), como se espera de qualquer pirâmide de fluxo energético;
- a apropriação setorial (PIB/PEA) ascende em valor a cada novo grau, sinalizando a margem crescente de expropriação de excedentes;
- a localização metropolitana da PEA regional ou nacional tende igualmente a proporções crescentes quando se ascende na pirâmide das ocupações.

Na base, ainda são freqüentes os bolsões de subsistência, enquanto no topo se hipertrofiam as especializações especulativas, cada vez mais dissociadas à produção substantiva e a economia monetária (o lado coisa em relação ao lado papel – Bazelon 1968). Embora não tenham sido reclas-

sificados nas ocupações do Anexo 12, os congêneres humanos dos comensais e dos detritívoros convergem também ao topo e aos centros, para aproveitar as sobras de uma sociedade em decomposição. Por muito que se afigure uma tendência insustentável e, no limite, suicida, essa graduação no rumo das profissões heterótrofas, das hierarquias urbanas e do desperfício energético e alimentar permanece um chamariz migratório e um permanente sorvedouro do gasto público.

## V. OBSERVAÇÕES FINAIS: O Populismo Estatal

As quantificações esboçadas acerca da ação de governo sobre a oferta, os fluxos e a demanda agrícola apontam para um trabalho de pesquisa bem mais ambicioso. Ele poderia ser encetado aos poucos, a muitas mãos, abarcando programas agrícolas e sociais, subsídios indiretos e sustentação populista de consumidores. O relevante é que se introduza uma chance agregativa aos inumeráveis trabalhos conduzidos no país. Para tanto o fundamental dependeria da sistematização do corte regional (da macro, progressivamente até a MRH) e do corte espacial (regiões metropolitanas, urbanas, rurais).

A hipótese de que preponderem os dispêndios improdutivos, numa política social que eterniza dependências, tem todo o sabor da decadência romana, na política do pão e circo. O retrospecto a algumas avaliações, em passado recente (Pernambuco. Universidade Federal, 1978 b, c), acusa o acumplicimento do Estado com a destruição das formas arcaicas de produção, o fechamento da fronteira e a concentração regional/espacial/social da acumulação. As perspectivas que se delineiam, hoje, para o futuro imediato, são de uma crescente absorção do Estado no controle das formas inframodernas transplantadas para o meio suburbano.

Mas não se justificam os prognósticos da mesmice, num país e num momento absolutamente carentes de uma planificação transformadora. Se a mirada ao futuro faz sentido, ela se localiza no exame dos planos, programas e projetos de que o país nunca foi carente. Desde os textos e números oficiais (Brasil. SUDENE 1985 b e 1987 b), duas vertentes prosseguem coabitando nas propostas oficiais: o crescimento em megaprojetos dos complexos industriais (BNDES 1988), que se volta para a agricultura apenas para concentrá-la (agroindústria no São Francisco, irrigação no vale do Parnaíba, apoio ao oeste baiano); as atenções para com a agricultura semimercantil, camponesa ou de subsistência (Santana, 1988: 14), pelo menos para orga-

nizá-la, descartando honestamente as miragens da modernização universal e do mercado absoluto.

Realisticamente, talvez não haja muito mais a cogitar, dentro do impasse cultural do desenvolvimento brasileiro, do que uma delimitação, pelo Estado, dos sistemas sociais em coabitação (Ramos 1981: cap. 7), regulando politicamente o açambarcamento do segmento moderno, viabilizando a auto-sustentação do segmento arcaico. O regionalismo que se compromete com o ruralismo pode constituir a via estratégica dessa delimitação, que chega ao social, sem assistencialismos de fôlego curto. E a nova Constituição (art. 25/3º, 43/3º, 165/6º e 7º, 187/2º) contém as sementes que podem germinar nessa direção, regionalizando – ruralizando os planos, os orçamentos e a gestão de Governo, no espírito da Fig. 1.

## REFERÊNCIAS

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL IBGE. Rio de Janeiro, 1984.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, Rio de Janeiro, RJ. **Linhas indicativas para ação de fomento do sistema BNDES no Nordeste**. Rio de Janeiro, 1988.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. ETENE, Fortaleza, CE. **Desenvolvimento do Nordeste**; diagnóstico e sugestões de políticas. Fortaleza, 1979.

BAZELON, D.T. **Os artifícios do capitalismo**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1968.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. **Projeto RADAMBRASIL**; levantamento de recursos naturais. Rio de Janeiro, 1981 a 1983. v.21, 23, 24, 29 e 30.

BRASIL. Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. **Estatísticas Cadastrais - 1978**. Brasília, 1985. v.1.

BRASIL. SUDENE. **Importações e exportações do Nordeste**. Recife, 1985a.

BRASIL. SUDENE. **Plano trienal do desenvolvimento do Nordeste**. Recife, 1987a.

BRASIL. SUDENE. **Produto e formação bruta de capital - 1965/1986**. Recife, 1987b.

- BRASIL. SUDENE. **Programa especial de apoio ao desenvolvimento da região semi-árida do Nordeste - Projeto Sertanejo.** Recife, 1976.
- BRASIL. SUDENE. **Uma política de desenvolvimento do Nordeste.** Recife, 1985b.
- BRASIL. SUDENE. **Uma política espacial para o Nordeste.** Recife, 1988.
- BRASIL. SUDESUL. **Estratégia de desenvolvimento da Região Sul.** Porto Alegre, SUDESUL/BRDE, 1987.
- CENSOS AGROPECUÁRIOS IBGE. Rio de Janeiro, 1970, 1975 e 1980.
- CENSOS DEMOGRÁFICOS IBGE. Rio de Janeiro, 1970 e 1980.
- CONJUNTURA ECONÔMICA FGV. Rio de Janeiro, v.31, n.7, jul. 1977.
- DINIS, C.C. **Capitalismo, recursos naturais e espaço.** Campinas, UNICAMP, 1985. Tese Doutorado.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Rio de Janeiro, RJ. **Brasil: renda interna por microrregião homogênea - 1959/1970.**
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Rio de Janeiro, RJ. **Regionalização das transações do setor público.** Rio de Janeiro, 1970, 1975 e 1980.
- FUNDAÇÃO IBGE. Rio de Janeiro, RJ. **Consumo alimentar e antropometria.** Rio de Janeiro, 1977 e 1978.
- FUNDAÇÃO IBGE. Rio de Janeiro, RJ. **Estudo nacional de despesa familiar.** Região V Brasil. Rio de Janeiro, 1978 e 1979.
- GASQUES, J.G.; VILLA VERDE, C.M.; SILVA, E.R.A. Gastos públicos na agricultura: estrutura e resultados. **Boletim do CAA/IPLAN**, jun. 1988.
- INDICADORES IBGE. Rio de Janeiro, v.6, n.7, jul. 1987.
- MAGALHÃES, A.R. et al. **Abastecimento e crise alimentar no nordeste.** Fortaleza, PNUD/SEPLAN-CE/UFCE, 1988.
- MARTINE, G. & ARIAS, A.R. **A evolução do emprego no campo.** Brasília, s.ed., 1984.
- MELO, F.H. **Um diagnóstico sobre produção e abastecimento alimentar no Brasil.** Brasília, PNUD/IPLAN, 1988.

- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, Genebra, Suíça. **Necessidades de energia y de proteínas**. Genebra, 1973. Informe de um comitê especial misto FAO/OMS de expert.
- PERNAMBUCO. Universidade Federal. Efeitos espaciais da política fiscal. In:———. **Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro**. Recife, UFPE/PIMES, 1978a. (Relatório de Pesquisa, 2-IV)
- PERNAMBUCO. Universidade Federal. Avaliação dos programas de desenvolvimento rural: região nordeste. In:———. **Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro**. Recife, UFPE/PIMES, 1978b. (Relatório de Pesquisa, 3 III).
- PERNAMBUCO. Universidade Federal. Expansão capitalista, o papel do estado e o desenvolvimento regional no Brasil. In:———. **Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro**. Recife, UFPE/PIMES, 1978c. (Relatório de Pesquisa, 7).
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS IBGE. Rio de Janeiro, 1985.
- RAMOS, A.G. **A nova ciência das organizações**; uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro, FGV, 1981.
- SANTANA, J.O. **Planejamento regional do nordeste brasileiro e o papel da SUDENE**. Recife, s.ed., 1988.
- STRAUSS, E. **O processo de desenvolvimento e as migrações internas**: um enfoque sob o ângulo dos recursos naturais. s.l., s.ed., 1972.

**ANEXO 1. Brasil, Nordeste e Ceará: incrementos diferenciais da renda per capita, decomposição das fontes econômica e demográfica e prazo para equiparação.**

A. Dados originais	Brasil (n)		Nordeste (i)		Ceará (j)	
	1970 (o)	1980 (t)	1970 (o)	1980 (t)	1970 (o)	1980 (t)
1. PIB Cr\$ 10 <sup>6</sup> - Y	163.354	11.425.095	21.939	1.600.405	2.686	206.862
2. Pop. pres. (1000) - P	93.139	119.003	28.112	34.812	4.362	5.288
3. PIB/hab (Cr\$) - y	1.753,9	96.007	780,4	45.973	615,8	39.119
4. Deflator implic. (%)		29,547	28,857		adotado o do NE.	
5. PIB/hab 70/80 - Δy		1,06360	1,07397		1,08211	
B. Proporções Territoriais	NE/BR (i/n)		CE/BR (j/n)		CE/NE (j/i)	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
1. % PIB (Y <sub>i</sub> /Y <sub>n</sub> )	0,134303	0,140078	0,016443	0,018106	0,122430	0,129256
2. 1/% Pop. (P <sub>n</sub> /P <sub>i</sub> )	3,313140	3,418448	21,352361	22,504349	6,444750	6,583207
3. % PIB/hab (y <sub>i</sub> /y <sub>n</sub> )	0,444965	0,478849	0,351097	0,407464	0,789031	0,850919
C. Dinâmica Comparada	NE/BR (i/n)		CE/BR (j/n)		CE/NE (j/i)	
	1970/80 (Δ)		1970/80 (Δ)		1970/80 (Δ)	
1. Fator econ. ΔPIB (fy)	(a) 58,3 %		66,4 %		72,6 %	
2. Fator demog. ΔPop (fP)	(b) 41,7 %		33,6 %		27,4 %	
3. Prazo equip. (anos) Δt	(c) 75,9 anos		52,0 anos		21,4 anos	

Fontes: Indicadores IBGE 1987:87, 88  
BRASIL. SUDENE 1987b:63, 64

Cálculos (exemplos NE/BR)

$$(Y_{it}/Y_{nt} - Y_{io}/Y_{no}). P_{nt}/P_{it} = (0,140078 - 0,134303) \cdot 3,418448 = 0,5826$$

$$(C1) \text{ Fator econ. - } fY = \frac{\text{Efeito numerador } y_{it}/y_{nt} - y_{io}/y_{no}}{0,478849 - 0,444965}$$

$$(P_{nt}/P_{it} - P_{no}/P_{io}). Y_{io}/Y_{no} = (3,418448 - 3,313140) \cdot 0,134303 = 0,4174$$

$$(C2) \text{ Fator dem. - } fP = \frac{\text{Efeito denominador } y_{it}/y_{nt} - y_{io}/y_{no}}{0,478849 - 0,444965}$$

$$\log y_n/y_i = \log (1/0,478849) = 75,89$$

$$(C3) \text{ Prazo equip. - } \Delta t = \frac{\log \Delta y_i / \Delta y_n}{\log (1,0397/1,06360)}$$

**ANEXO 2. Brasil, Nordeste e Ceará: concentração intra-regional da renda, população e renda per capita em 1970.**

Discriminação	Brasil	Nordeste	Ceará
A - Totais regionais			
PIB (Cr\$ milhões)	153.122,1	17.838,4	2.304,8
População (1.000)	93.139,0	28.111,9	4.361,6
PIB/hab (Cr\$)	1.644,0	635,5	528,4
B - MRH das capitais (d)			
PIB (Cr\$ milhões)	84.200,0	8.900,0	1.309,1
População (1.000)	26.715,1	6.238,4	1.038,0
PIB/hab (Cr\$)	3.151,8	1.426,6	1.261,2
C - Índices de concentração (B/A)			
% do PIB	54,99%	49,89%	56,80%
% da População (c)	28,68%	22,19%	23,80%
% do PIB/hab	191,73%	224,72% (a)	238,83% (b)

Fonte: Fundação Getúlio Vargas 1977b.

Notas: (a) Índice de concentração superior ao de todas as macrorregiões do país, que atingiram: N = 156%; CO = 167%; S:184%; SE:176%.

(b) Índice de concentração inferior apenas aos da BA (260%) e MA (256%), como 3º maior do NE e BR.

(c) Há sobejos indícios de agravamento dos índices para 1980 (certo para população, respectivamente, com 33,9%, 25,8% e 29,9% para BR, NE e CE, logo quase certo também para PIB e PIB/hab).

(d) Microrregiões homogêneas (MRH), definidas pelo IBGE em 1968, que incluem as capitais estaduais (as nove regiões metropolitanas, definidas posteriormente - LC14/73 adotam delimitações distintas).

**ANEXO 3. Brasil, Nordeste e Ceará: relevância de instrumentos públicos isolados no processo de desenvolvimento (transfer./particip./credit.).**

Discriminação	Dados (Cr\$ milhões)			Proporções (%)	
	BR	NE	CE	NE/BR	CE/BR
A. Indentivos fiscais	(a)	(a)	(a)		
1965	162,5	8,0	1,1	4,9%	0,68%
1970	1.474,2	711,2	73,1	48,2%	4,96%
1975	5.013,7	3.036,1	295,0	60,6%	5,88%
1980	36.997,3	16.000,0	2.249,0	43,2%	6,08%
1985	2.929.231,0	1.512.138,0	307.003,0	51,6%	10,48%
80/85 real (b)	72,7%	86,7%	125,3%	-	-
B. Transf. const. (FPE, FPM; PE)					
1970	1.424	598	70	42,0%	4,94%
1975	6.341	2.708	331	42,7%	5,22%
1980	96.331	44.519	6.211	46,2%	6,45%
1985	20.787.136	8.918.244	1.211.546	42,9%	5,83%
80/85 real (b)	198,0%	183,8%	179,0%	-	-
C. Saldos aplic. B.D.					
1975	(c) 14.518	...	...	...	...
1980	290.281	80.035	7.094	27,6%	2,44%
1985	52.615.899	14.606.066	683.710	27,8%	1,30%
80/85 real (b)	166,3%	167,5%	88,4%	-	-
D. Proporções relativas - 80					
Base FBCF Total (f)	2.781.575	362.965	(d) 46.825	13,1%	1,68%
Saldo BD	10,44%	22,05%	15,15%	-	-
Liber. BD	2,92%	(e) 6,17%	(e) 4,24%	-	-
Liber. IF	1,33%	4,41%	4,80%	-	-
Transf. FP	3,46%	12,27%	13,26%	-	-
FBCF-Pública (f)	56,20%	54,80%	49,60%	-	-

Fontes: Estatísticas internas da SUDENE e da SAREM/ABDE - Rumos do desenvolvimento.

Notas: (a) Opções BR (exclusive PIN/PROTERRA, 75 e seg) e liberações NE e CE (FINOR).

(b) Índice 2 (108,987 em 80/85).

(c) Apenas BD puros (Boletim BACEN).

(d) Adotada igual taxa I/Y do NE.

(e) Adotada igual liber./saldo do BR (28%).

(f) Formação bruta de capital fixo (FNCF), mesma fonte do Anexo 4.

**ANEXO 4. Brasil, Nordeste e Ceará: finanças públicas consolidadas para 1970, 75 e 80.**

Discriminação	Dados (Cr\$ milhões)			Proporções (%)	
	BR	NE	CE	NE/BR	CE/BR
<b>A. Receita consolidada</b>					
1970	69.511,8	5.033,2	491,6	7,2%	0,71%
1975	408.002,3	22.928,1	2.208,8	5,6%	0,54%
1980	4.765.115,0	345.709,3	42.474,5	7,3%	0,89%
<b>B. Operações de crédito</b>				(a)	(a)
1970	13.183,3	340,2	27,8	2,6%	0,21%
1975	121.650,2	1.262,9	19,8	1,0%	0,02%
1980	977.618,2	29.290,4	5.746,4	3,0%	0,59%
<b>C. Despesa consolidada</b>					
1970	65.655,9	7.277,0	809,7	11,1%	1,23%
1975	363.554,1	32.913,6	4.078,6	9,1%	1,12%
1980	4.734.161,9	488.708,5	67.531,8	10,3%	1,43%
<b>D. Juros e amortizações</b>					
1970	11.426,4	192,1	13,1	1,7%	0,11%
1975	76.867,0	894,1	79,4	1,2%	0,10%
1980	1.025.108,4	16.725,7	1.758,4	1,6%	0,17%
<b>E. Superavit (A-C)-(B-D) (b)</b>				(c)	(c)
1970	+ 2.099,0	- 2.391,9	- 330,0	- 4,25%	- 0,59%
1975	- 335,0	- 10.354,3	- 1.820,7	- 3,62%	- 0,64%
1980	+ 78.483,3	- 155.635,9	-29.565,0	- 4,11%	- 0,78%
<b>F. FBCF pública (d)</b>					
1970	16.202,7	2.072,1	184,9	12,8%	1,14%
1975	106.697,6	13.950,7	1.263,2	13,1%	1,18%
1980	1.561.948,1	198.820,5	23.227,2	12,7%	1,49%

Fonte: Fundação Getúlio Vargas, 1970, 1975 e 1980.

Notas: (a) Proporções prejudicadas pela alta percentagem não regionalizada dos totais BR.

(b) A partir de um teto de endividamento, o ingresso líquido do crédito tende ao nulo ou negativo (B-D de BR-80 e de CE-75).

(c) Percentuais sobre receita BR (A-B), cabendo acrescentar que o DF recebeu em média transferências iguais às do NE (-3,6, -8,3 e -3,9).

(d) Inclusive empresas. Disparidade per capita acentuada (NE/BR = 43% e CE/BR = 28%).

## ANEXO 5. Brasil e Nordeste: evolução comparada do produto, investimento e investimento público no total da economia e no setor agrícola, no período de 1965/74 (Cz\$ mil de 1975).

Ano	Brasil - Total			BR - Setor agríc. PIB cI <sup>b</sup>	Nordeste - Total			Nordeste - Setor agrícola		
	PIB cv <sup>b</sup>	FBCF <sup>a</sup>	FBCF - Ad. pub. <sup>c</sup>		PIB cv <sup>a</sup>	FBCF <sup>a</sup>	FBCF - Ad. pub. <sup>c</sup>	PIB cI <sup>b</sup>	FBCF <sup>a</sup>	FBCF - Ad. pub. <sup>a</sup>
1965	325.308	69.325	17.246	64.253	17.246	8.956	4.172	18.158	839	168
1966	368.574	80.379	16.298	71.578	61.312	10.132	4.910	18.158	1.017	219
1967	-11.841	82.229	18.858	74.534	68.204	10.885	4.875	20.865	1.456	238
1968	468.095	99.370	19.339	77.168	70.937	13.095	5.705	20.444	1.375	191
1969	514.963	111.316	25.261	83.722	74.858	15.154	5.949	20.365	2.121	228
1965/69	a = 291.211 d e f b = 0,1160 (r = 99)	I = 442.619 I/ΔY = 1,72	A = 8.020 B = 4,15 (r = 87)	a = 61.702 b = 0,0605 (r = 98)	a = 56.104 b = 0,0594 (r = 98)	I = 58.222 I/ΔY = 2,89	A = 5.514 B = 3,35 (r = 96)	a = 18.131 b = 0,0277 (r = 73)	I = 6.808 I/ΔY = 2,46	A = -824 B = 10,47 (r = 61)
1970	544.241	120.943	28.380	86.549	74.501	17.770	7.743	16.818	2.082	242
1971	605.686	139.503	30.022	95.334	85.195	17.948	7.081	22.625	2.638	293
1972	678.672	162.826	31.110	99.118	92.919	21.053	8.494	23.966	2.735	269
1973	773.550	197.002	35.881	99.148	102.900	24.362	10.627	25.647	3.214	314
1974	843.479	223.121	39.378	100.130	107.534	29.601	13.099	22.967	4.351	362
1970/74	a = 486.195 d e f b = 0,1121 (r = 99)	I = 843.395 I/ΔY = 2,06	A = 128.939 B = 9,03 (r = 98)	a = 73.207 b = 0,0468 (r = 44)	a = 69.614 b = 0,0923 (r = 99)	I = 110.734 I/ΔY = 2,47	A = 3.327 B = 2,00 (r = 99)	a = 17.721 b = 0,0749 (r = 73)	I = 15.020 I/ΔY = 1,73	A = -2.314 B = 17,97 (r = 97)
1975	887.424	244.840	41.424	107.349	118.822	36.641	14.833	26.278	6.703	535
1976	974.303	261.483	47.139	109.968	131.774	44.552	17.907	26.909	7.740	728
1977	1.018.218	257.755	40.002	123.307	146.151	47.577	20.497	31.166	5.598	763
1978	1.068.344	265.713	36.358	119.670	162.667	54.190	25.365	32.565	5.512	782
1979	1.145.372	278.276	29.833	125.558	177.045	54.053	24.600	32.585	7.496	789
1975/79	a = 847.336 d e f b = 0,0602 (r = 99)	I = 1308067 I/ΔY = 4,13	A = 312.001 B = -1,26 (r = 66)	a = 82.239 b = 0,0444 (r = 31)	a = 107.753 b = 0,1008 (r = 99)	I = 237.003 I/ΔY = 3,03	A = 13.927 B = 1,62 (r = 99)	a = 24.709 b = 0,0622 (r = 94)	I = 32.979 I/ΔY = 3,44	A = 7.585 B = -1,38 (r = -14)
1980	1.249.945	301.831	31.810	137.599	188.333	49.553	22.445	32.295	7.410	812
1981	1.208.371	261.810	30.417	146.020	189.759	46.697	20.872	30.246	6.612	1.104
1982	1.218.186	247.632	29.677	143.201	210.434	52.903	23.992	34.634	5.354	1.087
1983	1.188.340	205.514	21.795	145.750	211.147	53.266	27.989	26.173	6.114	1.785
1984	1.256.076	213.870	24.434	150.356	237.644			36.237		
1980/84	a = 1.226.514 d e f b = -0,007 (r = -5)	I = 1230657 I/ΔY = -301,05	A = 13.807 B = 8,41 (r = 93)	a = 137.113 b = 0,0175 (r = 85)	a = 178.540 b = 0,0446 (r = 92)	I = 202.409 I/ΔY = 5,55	A = 30.617 B = 0,84 (r = 83)	a = 34.717 b = -0,0495 (r = -53)	I = 25.490 I/ΔY = -4,29	A = 7.447 B = -0,90 (r = -43)
1965/84	a = 356.338 d e f b = 0,0732 (r = 97)	I = 3824738 I/ΔY = 3,00	A = 1.340 B = 6,36 (r = 73)	a = 65.918 b = 0,0442 (r = 99)	a = 51.839 b = 0,0773 (r = 99)	I = 608.368 I/ΔY = 3,25	A = 2.236 B = 2,09 (r = 99)	a = 17.608 b = 0,0345 (r = 88)	I = 80.297 I/ΔY = 4,75	A = 1.837 B = -4,16 (r = 73)
g	A = 24.476 B = 0,1547 (r = 33)	I/ΔY = 6,46		A = 2.156 B = 0,2245 (54)	I/ΔY = 4,45		A = 146 B = 0,1824 (r = 11)	I/ΔY = 5,48		

Fontes: Indicadores IBGE 1987.

Conjuntura Econômica FGV 1977.  
Brasil. SUDENE 1987e.

- Notas: a originais a preços constantes;  
b calculado pelo IPR  
c mesmo % (Adm. Pub./Total) das séries a preços correntes;  
d parâmetros de  $Y_t = a + bY_{t-1}$   
e  $I/\Delta Y$  obtido por  $\sum FBCF_{t-1} Y_{t-1} Y_t$   
f parâmetros de  $I_t = A + B I_{t-1}$   
g idem sendo  $\Delta Y = A + B I$ .

## ANEXO 6. Brasil e Nordeste: fatores de produção na agricultura - evolução, limites e produtividade comparada, 1970/85.

Discriminação		1970	1975	1980	1985	Limite					
Total		294.145,5	323.896,1	364.854,4	376.285,0	618.995,0 <sup>a</sup>					
Lavoura		33.983,8	40.001,3	49.104,3	52.380,2	399.885,0					
Pastos		154.138,5	165.652,3	174.499,6	180.000,0 <sup>b</sup>	122.011,0					
Quatros <sup>c</sup>		106.023,2	118.242,5	141.250,5	143.904,8	95.099,0					
Composição	T	100,0	47,5	100,0	58,9	100,0	60,8	100,0	100,0		
Percentual	L	11,6	8,5	12,4	10,0	13,5	12,3	13,9	13,1	64,6	100,0
Margem de	P	52,4	126,3	51,1	135,8	47,8	143,0	47,8	147,5	19,7	100,0
ocupação	O	36,0	109,2	36,5	121,8	38,7	145,5	38,3	148,2	15,7	100,0
Total		25,3	24,3	24,2	24,4	19,4					
Lavoura		30,4	27,6	28,9	27,5	15,2					
Pastos		18,1	18,5	19,6	19,4	32,2					
Outros		34,0	31,3	28,4	29,6	21,1					
Total		74.298,7	78.690,5	88.443,9	91.986,5	120.079,0 <sup>a</sup>					
Lavoura		10.322,9	11.033,2	14.192,0	14.426,8	60.825,0					
Pastos		27.875,1	30.624,0	34.158,7	35.000,0 <sup>b</sup>	39.230,9					
Outros <sup>c</sup>		36.100,7	37.033,3	40.093,2	42.559,7	20.023,1					
Composição	T	100,0	61,9	100,0	65,5	100,0	73,7	100,0	76,6	100,0	100,0
Percentual	L	13,9	17,0	14,0	18,1	16,1	23,3	15,7	23,7	50,6	100,0
e margem de	P	37,5	71,1	38,9	78,1	38,6	87,1	38,0	89,2	32,7	100,0
ocupação	O	48,6	180,3	47,1	185,0	45,3	200,2	46,2	212,6	16,7	100,0
PEA setorial (1.000)	BR	13.090,4	12.873,9 <sup>d</sup>	12.661,0	15.190,4	...					
	NE/BR	39,9	41,3	42,7	44,7	...					
	NE	5.224,8	5.311,7 <sup>d</sup>	5.400,1	6.790,8	9.000,0 <sup>e</sup>					
Margem saturação NE		58,1	59,0	60,0	75,5	100,0					
Capital aplicado <sup>f</sup>	BR	208.407,4	478.988,2	739.812,0	...	...					
	NE/BR	17,8	17,7	18,3	...	...					
	NE	37.028,7	84.606,7	135.158,9	...	...					
Produto agrícola <sup>g</sup>	BR	86.549,0	107.349,0	137.599,0	155.779,0	...					
	NE/BR	19,4	24,5	23,5	24,3	...					
	NE	16.818,0	26.278,0	32.295,0	37.860,0	...					
Terra (lav + past)	Cr\$	460,	Cr\$ 522,	Cr\$ 615,	Cr\$ 670,	...					
Trabalho	Cr\$	6.612,	Cr\$ 8.338,	Cr\$ 10.868,	Cr\$ 10.255,	...					
Capital (%)		41,5	22,4	18,6	...	...					
Terra (L + P)	Cr\$	440,	Cr\$ 631,	Cr\$ 668,	Cr\$ 766,	...					
Trabalho	Cr\$	3.219,	Cr\$ 4.947,	Cr\$ 5.980,	Cr\$ 5.575,	...					
Capital (%)		45,4	31,1	23,9	...	...					

Fontes: Síntese dos Censos Agropecuários IBGE 1970, 1975, 1980 e 1985. Anexo 5 (PIB) - Anexo 7 (Limite NE para a Força de Trabalho).

- Notas: a Excluíve parques, reservas e deduzidos 20% sobre o total e as classes aptidão (DINIS, 1985: Tab. 4).  
b Estimado a partir de bovinos e série precedente da relação pasto/bovinos.  
c Inclusive descanso (s/lavouras-80 representou 17,6% no BR e 27,4% no NE).  
d Interpolação, não se recomendando o CA, nem mesmo em termos de homens > 14 anos (Maintine & Arias, 1984).  
e Metodologia de E. Strauss aplicada no RADAM (excluíve meio Norte, cobrindo 78,5%).  
f Excluíve terras e inclusive despesas (em Cr\$ milhões de 75).  
g Cr\$ milhões de 75).

## ANEXO 7. Totalização regional dos requerimentos potenciais de mão-de-obra e atualização dos coeficientes de saturação.

Regiões UF	Totais microrregionais			Cobertura RADAM completa <sup>(a)</sup>			PEA potencial <sup>(b)</sup>		Disponibilidade em 1985		Índ. saturação (nº MRH-85)				
	Nº	Área (km²)	PEA Agric. (CD-80)	% MRH	% Área	% PEA	Total	PEA/km²	Área para estabelec. c/≤ PEA (c)	Intensificação	< 0,50	0,10 0,75	0,75 1,25	1,25 2,00	> 2,00
NE "lato sensu"	127	1.542.246	6.790.798	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MA	16	324.616	884.472	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PI	11	250.934	395.774	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Meio Norte	27	575.550	1.280.246	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CE	23	146.817	741.215	95,7	97,6	95,5	708,163	4,91	35.856	- 161.200	-	2	8	10	2
RN	10	53.015	239.160	100,0	100,0	100,0	176.050	3,36	8.319	- 114.500	-	-	2	3	5
PB	12	56.372	414.609	100,0	100,0	100,0	604.873	11,28	4.408	77.400	2	2	3	4	1
PE	12	98.281	788.356	91,7	98,3	96,8	536.683	5,39	33.392	- 298.800	-	-	1	5	5
AL	9	27.652	323.683	100,00	100,0	100,0	383.720	13,68	4.165	- 41.600	-	1	5	1	2
SE	8	21.994	149.795	100,0	100,0	100,0	222.102	10,11	2.821	33.900	1	1	2	3	1
BA	26	559.951	1.464.985	76,9	64,3	83,4	4.405.576	12,31	121.829	2.733.500	11	4	3	2	
NE "stricto sensu"	100	966.696	5.510.552	92,0	78,5	69,3	7.037.167	9,27	210.790	2.228.700	14	10	24	28	16

Fontes: - Anuário Estatístico do Brasil IBGE 1984.  
 - Brasil. Ministério das Minas e Energia 1981 a 1983.  
 - Sinopses dos Senso Agropecuários, IBGE 1970, 1975, 1980 e 1985.

Notas: (a) Excluído Meio Norte, Noroeste e sul Ba e MRH das Capitais Metropolitanas.  
 (b) Metodologia de Estevam Strauss baseada nas classes de uso do solo e nos coeficientes correntes de mão-de-obra/ha (por classe).  
 (c) P. ocup. → PEA-85 base regressões CA/CD - 70 e 80.

### ANEXO 8. Brasil e Nordeste: despesa e formação bruta de capital fixo do Governo (U + E) no setor agrícola, 1970, 75 e 80.

Discriminação	Brasil			Nordeste			NE/BR (e)		
	1970	1975	1980	1970	1975	1980	70	75	80
A - Proporção B/PIB									
1 - Total (b)	40,2	41,0	41,4	33,2	27,2	30,5	-	-	-
2 - Agrícola (a)	7,8	17,6	7,2	6,2	6,7	3,8	-	-	-
B - Despesa consolidada									
1 - Total (b)	65.655,9	363.554,1	4.734.161,9	7.277,0	32.913,6	488.780,5	11,0	9,1	10,3
2 - Agrícola (a)	1.575,0	18.862,7	88.657,9	294,5	1.773,1	11.170,9	18,7	9,4	12,6
3 - B. 2/B 1 (%)	2,4	5,2	1,9	4,0	5,4	2,3	-	-	-
C - Despesa da União (c)									
1 - Total	34.637,9	203.926,8	2.765.890,6	4.070,5	18.823,9	371.049,5	11,8	9,2	13,4
2 - Agrícola (a)	1.086,8	16.321,9	66.117,9	236,9	1.387,4	7.464,7	21,8	8,5	11,3
3 - C 2/C. 1 (%)	3,1	8,0	2,4	5,8	7,4	2,0	-	-	-
D - Proporção C/B									
1 - Total	52,8	56,1	58,4	55,9	57,2	75,9	-	-	-
2 - Agrícola (a)	69,0	86,5	74,6	80,4	78,2	66,8	-	-	-
E - FBCF agregada (d)									
1 - Total (b)	16.202,7	106.697,6	1.561.948,1	2.072,1	13.950,7	198.820,5	12,8	13,1	12,7
2 - Agrícola (a)	281,4	2.410,4	24.143,6	68,4	711,1	5.117,7	24,3	29,5	21,2
3 - E. 2/E. 1 (%)	1,7	2,3	1,5	3,3	5,1	2,6	-	-	-

Fonte: Fundação Getúlio Vargas 1970, 1975 e 1980.

Notas: (a) Além da função agricultura e abastecimento agrega outras rubricas tipo colonização, recursos renováveis.

(b) Inclui municípios, anula transf. intergovernam.

(c) Anula transferência intragovernamentais.

(d) Inclui empresas (União e estados).

(e) Parâmetros julgamento: econ (12%), demogr. (29%), social (52%).

## ANEXO 9. Globalização das políticas regionais no fluxo líquido de recursos para o Nordeste.

Discriminação	1960	1965	1970	1974	Média anual <sup>3</sup>
<b>A - Balanço de pagamento<sup>1</sup></b>					
1. Déficit em t. correntes	-	(10,4)	(19,8)	(17,1)	(15,2)
2. Fontes do déficit					
2.1 - Superavit c. exterior	-	5,0	4,0	6,2	4,3
2.2 - Déficit c. inter-regional	-	(5,4)	(13,4)	(17,6)	(12,7)
2.3 - Déficit serviços	-	(10,0)	(10,4)	(5,7)	(6,8)
3. Financiamento do déficit					
3.1 - Ingresso G. Federal	-	(5,6)	(15,7)	(11,0)	(11,1)
3.2 - I. privado, erros, omissões	-	(4,8)	(4,1)	(6,1)	(4,1)
<b>B - Fluxo governo Federal<sup>2</sup></b>					
1. Despesa - receita G. Federal	<b>3,78</b>	<b>1,65</b>	<b>3,52</b>	<b>0,45</b>	<b>2,48</b>
2. Políticas regionais explícitas	<b>0,46</b>	<b>1,05</b>	<b>7,46</b>	<b>5,70</b>	<b>3,52</b>
2.1 - Incentivos fiscais	-	0,16	3,28	1,77	1,30
2.2 - Transferências (Fundos)	0,46	0,89	4,18	3,93	2,22
3. Políticas nacionais diretas	<b>(2,04)</b>	<b>(1,78)</b>	<b>(3,42)</b>	<b>(2,26)</b>	<b>(2,82)</b>
3.1 - Subsídios de crédito	0,58	0,71	0,17	1,25	0,19
3.2 - Imposto inflacionário	(1,17)	(1,13)	(0,96)	(1,18)	(1,29)
3.3 - Evasão tributária federal	(1,45)	(1,36)	(2,63)	(2,33)	(1,72)
4. Políticas nacionais indiretas	<b>(5,13)</b>	<b>(4,33)</b>	<b>(3,21)</b>	<b>(5,40)</b>	<b>(4,36)</b>
4.1 - Evasão tributária estadual	(1,38)	(1,96)	(1,82)	(1,84)	(1,79)
4.2 - Transf. comércio triangular	(3,75)	(2,37)	(1,39)	(3,56)	(2,57)
5. Saldo agregado (1 + 2 + 3 + 4)	(2,93)	(3,41)	(4,35)	(1,51)	(-3)-

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil 1979.

Notas: <sup>1</sup> Em percentuais sobre o PIB p.m. (a preços de mercado)

<sup>2</sup> Em percentuais sobre o PIB c.f. (a custo de fatores)

<sup>3</sup> Como média de percentuais anuais, o saldo seria negativo (0,5 a 0,8% PIB), ms a partir de valores constantes atinge pequeno superávit no período (0,4% PIB).

## ANEXO 10. Evolução dos componentes do intercâmbio comercial do Nordeste (1975/85), com estimativa para o setor agrícola (1979).

Discriminação	Intercâmbio total Fonte A (SUDENE) - Cr\$ Milhões					Int. agrícola Cr\$ Milhões <sup>b</sup>			Intercâmbio total Fonte B (Diversos) - Cr\$ Milhões					
	1975	1976	1977	1978	1979	80 <sup>a</sup>	Bruto	B + Manuf.	80 <sup>a</sup>	1981	1982	1983	1984	1985
Produto (PIB) pm	129.680	211.580	324.696	494.547	851.150	1.760.130	154.444,0	...	1.760,1	3.485,5	7.459,7	17.736,5	60.446,0	212.105,0
I.C. Intra-Reg. (X = M)	10.644	17.212	25.106	36.463	55.213	115.391	...	...	178,7	391,9	755,7	1.645,2	5.637,4	22.400,1
I.C. Inter-Region.														
Export. (X)	13.799	23.009	31.672	53.368	97.074	231.760	17.030,3	20.801,8	242,4	454,1	1.018,3	2.838,6	9.480,1	33.058,6
Import. (M)	32.031	52.326	71.379	104.542	182.088	354.597	27.827,3	57.891,9	452,5	951,9	2.129,7	4.682,6	14.445,4	56.528,3
Saldo (X-M)	-18.232	-29.317	-39.707	-51.174	-85.014	-122.837	-10.797,0	-17.090,1	-210,1	-497,8	-1.111,4	-1.844,0	-4.965,3	-23.469,7
I.C. Externo <sup>c</sup>														
Export. (X)	11.607	9.864	20.943	29.048	49.691	117.947	29.210,2	38.865,7	119,6	237,6	330,4	1.268,9	5.027,6	14.690,9
Import. (M)	5.386	8.411	11.857	16.003	31.117	76.698	5.807,7	5.829,5	76,4	106,8	174,0	468,6	1.369,0	5.014,8
Saldo (X-M)	6.211	1.453	9.086	13.045	18.574	41.249	23.402,5	33.036,2	43,2	130,8	156,4	800,3	3.658,6	9.676,1
I.C. Total (Reg.)														
Export. (X)	25.406	32.873	52.616	82.416	146.765	349.708	46.240,5	59.667,5	362,0	691,7	1.348,7	4.107,5	14.507,7	47.749,5
Import. (M)	37.417	60.737	83.236	120.545	213.206	431.295	33.635,0	43.721,4	528,9	1.058,7	2.303,7	5.151,2	15.814,4	61.543,1
Saldo (X-M)	-12.011	-27.864	-30.620	-38.129	-66.441	-81.587	12.605,5	15.946,1	-166,9	-367,0	-955,0	-1.043,7	-1.306,7	-13.793,6
Indicadores														
Abert. (E. 1/A)	19,6	15,5	16,2	16,7	17,2	19,9	29,9	...	20,6	19,8	18,1	23,2	24,0	22,5
Depend. (E. 2/A + E. 3)	26,4	25,4	23,4	22,6	23,2	23,4	23,7	...	27,4	27,5	27,4	27,4	25,6	27,2
Introuv. (2B/E1 + E2)	33,9	36,8	37,0	35,9	30,7	29,5	...	...	40,1	44,8	41,4	35,5	37,2	41,0
Internac. (D1/E1)	45,7	30,0	39,8	35,2	33,9	33,7	63,2	65,1	33,0	34,4	24,5	30,9	34,7	30,8
Déficit (E.3/A)	-9,3	-13,2	-9,4	-7,7	-7,8	-4,6	8,2	...	-9,5	-10,5	-12,8	-5,9	-2,2	-6,5

Fontes: Brasil. SUDENE 1985a, 1987a, b.

Fontes B - Revista de Finanças Públicas, Brasília, (div. n.ºs).

BB/CACEX - Séries Estatísticas e Exportações (Rateio CAFÉ) MF/SRF/CIEF - Importação (CIF p/Domicílio Fiscal).

Notas: a A repetição do exercício de 1980 com as Fontes A e B assinala diferenças de magnitudes, com as mesmas tendências.

b Bruto: 23 classes NBM, mais 8 classes MANUF.

c Dólares NE /X-FOB - zona produtora e M-CIF - domicílio fiscal) e câmbio médio BR.

## ANEXO 11. Brasil e Nordeste: consumo alimentar e despesa familiar, 1975.

Discriminação (não metr.)		Brasil				Nordeste			
		Total	Regiões metropolit.	Urbano (não metr.)	Rural (não metr.)	Total	Regiões metropolit.	Urbano (não metr.)	Rural (não metr.)
Consumo de calorias (Kcal/c/d (comensal)	Necessidade	1.990,9	1.975,7	1.928,6	2.033,5	1.822,9	1.783,6	1.776,2	1.855,4
	Ingestão	2.082,2	2.002,3	1.975,4	2.197,3	1.898,6	1.772,5	1.792,1	1.981,7
	Não comprado a Produção própria	547,6 396,0	99,9 14,6	264,7 95,8	1.081,1 894,8	709,1 511,8	134,1 22,9	316,7 119,3	1.042,4 824,2
Consumo de proteínas (g/c/d)	Necessidade	29,7	29,7	28,9	30,2	28,6	27,6	27,3	29,4
	Ingestão	62,7	64,8	59,8	63,8	59,7	59,7	57,1	6,1
	Origem bovina b	14,2	19,8	14,3	9,6	11,8	17,4	12,2	9,1
Índices s/ calorias (%)	Ingestão/necess.	104,6	101,4	102,4	108,6	104,2	99,4	100,9	106,8
	% Não comprada	26,3	5,0	13,4	49,2	37,4	7,6	17,7	52,6
	% Prod. própria	210,8	0,7	4,9	40,7	27,0	1,3	6,7	41,6
Índices s/ proteínas (%)	Ingestão/necess.	22,6	218,1	207,1	211,1	209,2	216,4	208,7	207,8
	% Origem bovina	102.639,8	30,5	24,0	15,0	19,7	29,2	21,4	15,0
População 75 (1.000)	Amostrada c	107.145,2	29.678,2	35.175,6	37.786,0	32.031,5	4.872,1	9.419,6	17.739,8
	Total c	27.887,0	29.678,2	35.175,6	43.054,7	32.031,5	4.872,1	9.419,6	17.739,8
Despesa familiar anual (Cr\$ Ag/74)	Total	5.187,0	46.583,0	27.412,0	12.674,0	13.229,0	30.964,7	15.307,0	7.543,0
	Idem não monet. d	7.053,0	7.127,2	4.495,6	4.182,4	3.055,9	5.268,4	2.525,7	2.745,7
	Em alimentação	1.791,5	8.527,0	7.143,0	5.744,0	5.145,0	7.216,0	5.738,0	4.302,0
	Idem não monet.	25,3	801,5	1.357,2	2.981,1	1.713,3	772,1	1.118,9	2.168,2
Índices s/ despesas (%)	Alim./total	18,6	18,3	26,1	45,3	38,9	23,3	37,5	57,0
	Não monet./total	25,4	15,3	16,4	33,0	23,1	17,0	16,5	36,4
	Não monet./alim.		9,4	19,0	51,9	33,3	10,7	19,5	50,4

Fontes: Fundação IBGE 1977, 1978, 1979.

- Notas: a Troca, doação recebimento em espécie e produção própria.  
 b Carnes, vísceras, leite (3 formas) queijos, manteigas e outros.  
 c Interpolação entre CD-70 e 80, sem ou com RURAL R. NORTE.  
 d Exclui serviços domésticos e imputa valor do aluguel.

## ANEXO 12. Brasil e Nordeste: pirâmides ocupacionais por setores e correlações com nível de renda e grau de urbanização.

Discriminação	Produto (%)			Ocupação (%)			Reg. metr. % (1985)	PIB/PEA (%)		
	1970	1980	1985	1970	1980	1985		1970	1980	1985
Total a (Excl. alug., indef.)	527.614,7	1.258.853,6	1.456.066,3	28.844,0	41.976,4	51.490,8	30,3	18,3	30,0	28,3
Int. financ.	6,6	8,5	12,4	1,5	2,3	2,8	52,3	80,7	109,0	125,8
Governos	10,2	6,8	7,2	4,0	4,1	4,6	39,0	46,6	49,6	44,8
Comerc. transp.	22,9	20,3	19,0	12,1	13,9	15,0	41,2	34,3	43,8	35,9
Indústria	39,5	40,8	37,6	18,4	25,7	22,9	43,7	39,4	47,7	46,4
Serviços	8,1	12,9	13,1	18,6	23,8	25,2	41,0	8,0	16,2	14,7
Agricultura	12,7	10,7	10,7	45,4	30,2	29,5	1,9	5,1	10,6	10,3
Total a (Excl. alug., indef.)	65.152,0	151.824,6	214.914,3 <sup>b</sup>	8.181,2	10.752,9	14.376,2	16,4	8,0	14,1	14,9
Int. financ.	4,6	6,3	...	0,5	1,0	1,4	47,7	70,0	87,6	...
Governos	12,1	9,2	...	2,7	3,3	4,0	30,3	35,1	38,7	...
Comerc. transp.	22,7	22,9	...	9,1	11,2	12,5	28,8	21,4	29,0	...
Indústria	29,8	31,5	26,2 <sup>b</sup>	10,9	16,2	15,3	26,9	21,9	27,5	25,5
Serviços	7,3	12,8	...	12,9	18,1	19,6	31,5	4,5	10,0	...
Agricultura	21,5	17,3	15,9 <sup>b</sup>	63,9	50,2	47,2	1,5	2,7	4,9	5,0
Total (Excl. alug., indef.)	12,3	12,1	14,8 <sup>b</sup>	28,4	25,6	27,9	15,1	43,7	47,1	52,8
Int. financ.	8,6	9,0	...	9,9	11,2	13,5	12,4	86,7	80,4	...
Governos	14,7	16,3	...	19,5	20,9	24,3	18,9	75,3	78,0	...
Comerc. transp.	13,3	13,6	...	21,4	20,5	23,1	16,2	62,4	66,2	...
Indústria	9,3	9,3	10,3 <sup>b</sup>	16,8	16,2	18,7	11,5	55,6	57,7	55,0
Serviços	11,1	12,0	...	19,6	19,4	21,7	16,7	56,3	61,7	...
Agricultura	20,9	19,5	21,9 <sup>b</sup>	39,9	42,7	44,7	34,4	52,9	46,2	48,5

Fonte: IBGE - Indicadores, CD-70 e 80, PNAD-85.

Brasil. SUDENE - Produto (p/transportes e Indústria).

Notas: a Dados em Cr\$ milhões 1975, 1.000 pessoas e Cr\$ mil de 1975.

b Dados SUDENE provisórios, desfalcados da fonte IBGE.